

nias, mas não o de ouvir a defesa dos acusados.¹⁷³ A ação de Robles não foi comprometida pela traição mas, sim, por ser um chefe militar inexperiente e incompetente, que com frequência estava bêbado, o que comprometia sua capacidade de decisão e, ainda, que temia avançar por ter, visivelmente, medo de Urquiza. Além das falhas no comando, os soldados paraguaios em Corrientes eram castigados pelas carências materiais, pois, às vésperas do inverno, Solano López os enviara sem roupas e barracas, obrigando-os a dormir diretamente sobre o solo, ao relento, o que causou muitas mortes; receberam roupa adequada tarde demais. Daí a tropa invasora logo mostrou-se abatida e desanimada, especialmente seus oficiais.¹⁷⁴

O fato de Solano López aceitar uma acusação contra um subordinado significava, praticamente, a condenação do suspeito, constituindo-se o julgamento em mera formalidade. Foi o que ocorreu com Robles e seus auxiliares. Nos depoimentos do inquérito contra esse general, não se caracterizou a traição, mas, sim, a incompetência militar, a falta de equilíbrio psicológico, bem como o fato de maltratar seus subordinados, o que tornou ressentidos os oficiais a ponto de eles, possivelmente, inventarem a acusação de traição contra seu chefe. Em seu depoimento, Robles reconheceu o erro na demora em cumprir ordens de movimentar sua divisão, pôs a culpa no "vício" de beber conhaque e admitiu que, em mais de uma ocasião, por estar bêbado, deixou de dar ordens ou as deu erradas.¹⁷⁵ Robles foi condenado, mas manteve a patente de general e seu fuzilamento ocorreu, oficialmente, em virtude de "ter esterilizado a ocupação da província de Corrientes, impossibilitando operações posteriores"; de não perseguir o inimigo; de não ter rechaçado com o necessário "vigor" propostas de traição e, ainda, pelo tratamento arbitrário, humilhante e opressivo que deu à tropa "desde o primeiro oficial até o último soldado". Em 8 de janeiro de 1866, às 17h30, Robles e três auxiliares diretos foram fuzilados no acampamento de Passo da Pátria, diante de toda a tropa.¹⁷⁶

A TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

Os ataques paraguaios a Mato Grosso e Corrientes viabilizaram a formalização da aliança argentino-brasileira, à qual aderiu o Uruguai governado por Venâncio Flores. A aliança contra o Paraguai era parte de uma aliança maior, pla-

nejada por Mitre antes desses ataques, pela qual Argentina e Brasil estabeleceriam uma política de cooperação no Prata, exercendo uma hegemonia comparável em substituição às rivalidades e disputas que predominaram nas relações entre os dois países. Em 1º de maio de 1865 foi assinado, em Buenos Aires, o Tratado da Tríplice Aliança, contra Solano López, que estabelecia as condições da paz e também deveria servir de base para "que façamos [Argentina e Brasil] uma aliança perpétua, baseada na justiça e na razão, que será abençoada por nossos filhos".¹⁷⁷

O Tratado de Aliança

Em março de 1865, o liberal "progressista" Francisco Octaviano de Almeida Rosa substituiu o ministro Paranhos, demitido da missão especial ao Prata. O novo ministro plenipotenciário recebeu instruções de colaborar para fortalecer o governo de Flores, bem como verificar o valor das reclamações de prejuízos causados a brasileiros pela Guerra Civil uruguaia quais recursos o Estado oriental tinha disponíveis e, ainda, como este poderia cooperar com o Brasil na guerra contra o Paraguai. Em relação à Argentina, Almeida Rosa deveria, como "objeto principal", conseguir que seu governo não criasse obstáculos à ação do Império contra Solano López.¹⁷⁸

A cooperação argentino-brasileira, quanto à situação uruguaia, existia desde o encontro de Rufino Elizalde com Saraiva no ano anterior, em Puntas del Rosario. O Tratado da Tríplice Aliança, contudo, resultou da agressão paraguaia a Corrientes. Esta precipitou os acontecimentos, tendo Almeida Rosa que agir por conta própria quanto ao conteúdo do acordo de aliança, pois não possuía instruções do Rio de Janeiro sobre esse assunto e, em uma época em que não havia ligação telegráfica entre as capitais argentina e brasileira, não dispunha de tempo para esperá-las. Como resultado, o enviado imperial baseou-se apenas nas instruções gerais que recebera por ocasião do início de sua missão. Nelas se estabelecia que, findo o conflito, o governo paraguaio deveria pagar indenização pelos prejuízos causados a súditos brasileiros, bem como as despesas de guerra do Império. Além disso, como garantia da livre navegação, deveria conseguir-se a destruição completa de fortificações paraguaias existentes na margem do rio Paraguai e a proibição de que se levantassem outras. Deveria assinar, também, um tratado de limites com o Paraguai, de conformidade com a proposta apresentada ao presidente Car-

los Antonio López pelo governo imperial, em 1853, e reiterada posteriormente. O governo imperial remeteu instruções específicas para a assinatura de um tratado de aliança com Buenos Aires e Montevidéu apenas em 28 de abril, após receber informações da Chancelaria argentina de que poderia haver a invasão de Corrientes. Não houve tempo hábil para essas instruções alcançarem Almeida Rosa antes da assinatura dos termos da aliança.¹⁷⁹

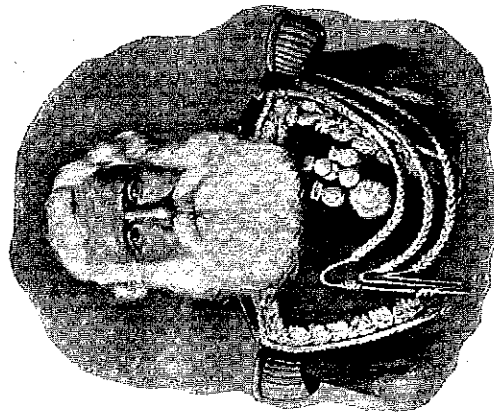
Em 1º de maio de 1865, representantes da Argentina, Brasil e Uruguai, respectivamente, Rufino de Elizalde, Almeida Rosa e Carlos de Castro, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O texto do acordo era secreto e estabelecia, além da aliança militar, os pré-requisitos para o estabelecimento da paz. Também as fronteiras entre o país guarani e os vizinhos argentino e brasileiro foram previamente determinadas.¹⁸⁰

No plano bélico, a aliança entre Buenos Aires e Rio de Janeiro era uma forma de suplantar as respectivas falhas de organização militar e viabilizar as futuras operações bélicas contra o Paraguai. Acrescentava-se ao poderio do Brasil tropas argentinas que, embora em número pequeno, eram combativas, por serem veteranas de outras lutas. O Império ampliava, também, sua capacidade operativa e tática, dificultada pela distância do teatro de guerra, ao poder utilizar como base o território da República aliada e seus recursos materiais. A Argentina, por sua vez, passou a contar com a numerosa esquadra imperial, elemento indispensável para a condução do conflito, pois os rios Paraguai e Uruguai constituíam linhas obrigatórias de comunicações nas operações que se seguiriam.¹⁸¹ Também foi beneficiada por um aliado que, por sua superioridade demográfica e maior unidade política interna, tinha maior capacidade de mobilização de tropas. O governo argentino teve, ainda, acesso aos recursos do Tesouro brasileiro que, logo no início da guerra, concedeu um empréstimo de cerca de 400 mil libras esterlinas à Argentina e quase 200 mil ao Uruguai. Daí para a frente, parte dos gastos da campanha contra o Paraguai, por parte dessas duas repúblicas, foi financiado por empréstimos do barão de Mauá e dos banqueiros britânicos.¹⁸²

Para Solano López, a Tríplice Aliança era uma catástrofe. Restava-lhe, como opção mais segura, recuar suas tropas de volta ao território paraguaio e negociar a paz em inferioridade, mas em forte posição defensiva, atrás da poderosa fortaleza de Humaitá. Essa alternativa, porém, não o resguardaria de ser obrigado a fazer concessões. Outra possibilidade, mais arriscada, seria usar os recursos acumulados com fins defensivos para desencadear uma operação bélica



O chanceler argentino Rufino de Elizalde e o diplomata brasileiro Francisco Octaviano. Elizalde e Octaviano viam no Tratado da Tríplice Aliança o primeiro momento da construção de uma aliança estratégica entre a Argentina e o Império do Brasil.



O general Paunero comandou as primeiras operações contra a força paraguaia que invadiu Corrientes.

ca, de grande envergadura, contra os aliados. Esta, se bem-sucedida, provocaria grande impacto psicológico no inimigo, criando melhores condições para o governo paraguaio negociar a paz.

No plano das relações argentino-brasileiras, a assinatura do tratado de aliança não levou à superação das desconfianças do Império quanto às intenções argentinas no Prata. Almeida Rosa chegou a Buenos Aires convencido de que o governo argentino "preparava tudo para incorporar o Paraguai".¹⁸³ Acreditava ser intenção desse governo obter do Brasil todos os auxílios de guerra, mas sem assumir compromisso algum, de modo que, terminado o conflito, "pudesse com uma vanguarda de exploradores políticos promover movimentos em Assunção no sentido da incorporação do Paraguai à antiga cabeça do vice-reinado". Contudo, afirmava o enviado imperial, a intenção de Mitre foi frustrada "com a minha linguagem enérgica, com a perspectiva dos recursos militares e financeiros e com a lealdade da aliança oriental".¹⁸⁴ Edward Thornton relatou a seu governo que a exigência de Almeida Rosa, de se garantir, no Tratado de Aliança, a independência paraguaia, lhe valera uma recepção fria por parte dos governantes argentinos. Eram "motivos bem notórios", segundo o representante espanhol em Buenos Aires, que levaram o governo argentino a resistir a atender essa exigência.¹⁸⁵

Há indícios, realmente, de que o governo argentino não descartava, à época, a possibilidade de anexar o Paraguai, embora, ao que tudo indica, não tivesse um plano preparado nesse sentido. Paranhos ouviu de José Mármol, em almoço que ambos tiveram em Montevideu, que a incorporação do país guarani era pensamento de Mitre e que isso determinaria uma aliança da Argentina com o Brasil. O ministro inglês em Buenos Aires, por sua vez, escutou do presidente argentino que não pensava, "por agora", anexar o Paraguai, mas que não desejava assumir nenhum compromisso nesse sentido com o Império, pois as circunstâncias poderiam ser diferentes no futuro. Rufino de Elizalde foi mais explícito com Thornton, afirmando que "esperava viver o bastante para ver a Bolívia, o Paraguai e a República Argentina unidas em uma confederação, formando uma poderosa república na América do Sul".¹⁸⁶

Apesar das resistências do governo argentino, a posição de Almeida Rosa foi vitoriosa e o artigo 9º do Tratado de Aliança determinou que, finda a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaia. Tal integridade, porém, seria do que restasse de território ao país guarani, após ser aplicado o artigo 16º daquele tratado, pelo qual o Paraguai perdia para os alia-

dos territórios até então sob sua soberania, ou, ainda, litigiosos. Por esse artigo caberia à Argentina todo o Chaco boreal — terras à margem direita do rio Paraguai, até a Bahía Negra, na fronteira com o Mato Grosso — e a margem esquerda do Paraná até o Iguaçu, ou seja, a área de Misiones. Ao Império caberia o território pelo qual há anos mantinha disputa com Assunção, rico em campos de ervamate, ficando estabelecido no documento da Aliança que a fronteira seria pela linha do rio Iguereí, pela serra do Maracaju e pelos rios Apa e Paraguai.

O Tratado de 1º de maio declarava que a guerra era contra o governo do Paraguai e não contra seu povo. Os aliados comprometiam-se a não depor as armas senão em comum acordo e depois da derrubada de Solano López, ficando proibida qualquer iniciativa separada de paz por um dos países aliados. Sua derubada apresentava-se ao Império como pré-requisito à paz, por ser o líder paraguaio o "guarda-costas" dos federalistas argentinos e dos *biancos* em Montevideu; sua deposição era uma questão de "segurança" para o governo imperial.¹⁸⁷

Terminado o conflito, o Paraguai deveria, segundo o Tratado de Aliança, pagar indenizações de guerra, prática comum na época e mesmo posteriormente, como no caso da Primeira Guerra Mundial (1914-8). Ao governo que substituiu o de Solano López caberia indenizar todos os gastos de guerra feitos pelos governos aliados, bem como os danos e prejuízos causados, durante o conflito às propriedades públicas e particulares, por tropas paraguaias em territórios dos países vizinhos. Pelo documento de 1º de maio o comando-em-chefe dos Exércitos aliados caberia ao presidente Mitre, enquanto as operações se dessem em território argentino ou paraguaio. Caso as operações ocorressem em território do Uruguai ou do Brasil, garantia-se o comando aos líderes desses países. As forças navais dos aliados, que eram, na realidade, os navios brasileiros, seriam comandadas pelo vice-almirante Tamandaré. As forças terrestres brasileiras seriam dirigidas pelo general Luís Osório e as uruguaias obedeceriam ao general Venancio Flores. A nomeação do presidente argentino para o comando supremo das forças aliadas foi um ato político do governo imperial, que temia ser visto como uma ameaça por outros países americanos, com ambições territoriais sobre o Paraguai, caso um brasileiro ocupasse essa posição.¹⁸⁸ Contudo, durante a guerra, o título de comandante-em-chefe de Mitre foi mais nominal do que uma função real, pois as decisões sobre os rumos da guerra eram tomadas em comum acordo com os comandantes brasileiro e uruguaio.¹⁸⁹

Por iniciativa de Almeida Rosa, os aliados trocaram notas entre si — as "re-

versais" — que ressaltavam o direito da Bolívia de discutir suas prerrogativas sobre o Chaco boreal. O governo de La Paz manifestou pretensões sobre esse território pela primeira vez em 1852, quando protestara contra a Confederação Argentina por tê-lo reconhecido como de jurisdição paraguaia no tratado assinado com Assunção em 14 de setembro daquele ano. Ainda por iniciativa de Almeida Rosa, foi assinado um protocolo, também em 1º de maio, que estabelecia a demolição da fortaleza de Humaitá e a proibição de o país guarani levantar, no futuro, outras fortificações que pudessem dificultar a livre navegação do rio Paraguai.¹⁶¹

As críticas do Conselho de Estado ao Tratado

A notícia da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança foi recebida friamente no Rio de Janeiro. Era crença generalizada de que, para vencer o Paraguai, seria preciso apenas que Buenos Aires não opusesse obstáculos à ação das forças brasileiras, sendo desnecessária uma aliança entre o Império e a Argentina.¹⁶¹ O representante argentino no Brasil, José Mármol, relatou que o governo imperial recebeu a aliança como necessária, mas sem entusiasmo, e a via como um golpe da fortuna, sem conseguir dissimular o ocorrido. Isso decorreria, segundo esse diplomata, de que na aliança seria inevitável uma comparação entre o "poder viril e democrático" de uma República, a Argentina, com o poder "oficial e gasto" de um Império, o Brasil. Acreditava Mármol que os governantes brasileiros temiam essa comparação e as combinações de interesses políticos que, terminada a guerra, poderiam surgir entre argentinos, paraguaios e uruguaios, povos de mesma origem e língua.¹⁶² Elizalde escreveu a José Antonio Saraiva, a essa altura ministro dos Negócios Estrangeiros, não compreender que, no Rio de Janeiro, houvesse quem não entendesse as vantagens que a aliança trazia ao Império. A aliança, argumentou Elizalde, encurtaria a duração da guerra, poupano do Império de dificuldades, ao permitir o uso de território argentino para as ações bélicas contra Solano López, e tornaria desnecessárias novas mobilizações militares no Brasil, em virtude do reforço obtido com a entrada no conflito dos Exércitos da Argentina e do Uruguai.¹⁶³

Convencido da brevidade da guerra, o governo argentino apresentou à Chancelaria brasileira, ainda em 1865, por meio de seu representante no Rio de Janeiro, um projeto de paz. O texto foi encaminhado por dom Pedro, juntamente

te com o Tratado da Tríplice Aliança, as notas "reversais" e o protocolo, assinados em 1º de maio, à Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, para que emitisse um parecer. O documento da aliança, assinado por Almeida Rosa, fora aprovado pelo gabinete liberal presidido pelo marquês de Olinda, mas acabou por ser duramente criticado pela oposição conservadora. Assim, a proposta da Seção dos Negócios Estrangeiros foi, graças aos votos dos conselheiros conservadores, uma crítica à proposta argentina de paz e ao próprio Tratado da Tríplice Aliança.¹⁶⁴

O parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros classificou as estipulações do Tratado de 1º de maio, referentes ao Chaco, como contrárias à política tradicional do Império, que fora concebida no sentido de manter não só a independência do Paraguai, como também sua soberania sobre a parte do território necessária para separar a fronteira de Mato Grosso do contato direto com o território argentino. Segundo o parecer, pelo fato de o tratado de aliança reconhecer como argentina também a área de Misiones, a independência paraguaia estava ameaçada, pois o país guarani sofreria um "abraço apertado" da Argentina, com a qual seria fronteiro a leste e a oeste, além de já o ser ao sul. Como o Tratado da Tríplice Aliança garantia a independência paraguaia pelo prazo de cinco anos no pós-guerra e não perpetuamente, as suspeitas dos conselheiros aumentavam. Perguntava-se, no referido parecer, se esse período não corresponderia, na verdade, ao prazo necessário para que Buenos Aires preparasse a incorporação do Paraguai. Ademais, apontavam-se como ausências suspeitas no projeto argentino o fato de não se propor a garantia dos aliados ao novo governo que substituisse o de Solano López e a omissão em confirmar seu afastamento do Paraguai.

As ilhas de Atajo, também conhecidas como Cerrito e Apipé, ambas no rio Paraná, na confluência com o Paraguai, que não eram mencionadas no tratado de aliança, tornavam-se argentinas pelo citado projeto de paz. No entanto, segundo a Seção dos Negócios Estrangeiros, Apipé era valiosa ao Império, pois serviria de base de operações navais e de ponto de descanso de tropas brasileiras em caso de futuro conflito com o Paraguai, funções que não poderia cumprir, se ela estivesse sob o domínio de Buenos Aires. Chamava-se, ainda, a atenção para o fato de que a demolição da fortaleza de Humaitá não constava na Proposta de paz do governo argentino.

A quase impossibilidade de a esquadra imperial realizar operações de blo-

queio no futuro era outro ponto sobre o qual o parecer alertava. O projeto de paz argentino determinava que um país só podia declarar o bloqueio contra outro em um ponto no qual se fechasse a entrada dos rios pertencentes, em ambas as margens, exclusivamente ao Estado alvo da ação naval e quando não houvesse países ribeirinhos acima do ponto objeto desse ato. Pelo Tratado de 1^o de maio, o rio Paraná seria argentino até Corrientes e daí para cima seria compartilhado com o país guarani, o mesmo ocorrendo com o rio Paraguai. A Seção dos Negócios Estrangeiros perguntava que tipo de bloqueio restaria, então, ao Império fazer, exceto apenas aquele dos portos inimigos, praticamente sob tiros de canhões. Além disso, a navegação dos barcos brasileiros, de Buenos Aires a Mato Grosso ou ao rio Iguaçú, ficaria dependente da autorização do governo argentino.

A Seção dos Negócios Estrangeiros afirmava que, por ser o tratado de aliança uma realidade irreversível, a melhor saída dessa situação seria a de que a Argentina não tivesse "nem um palmo de costa" acima do rio Pilcomayo. O território compreendido entre esse ponto até a Bahía Negra poderia ficar de posse da Bolívia. Caso Buenos Aires não concordasse em reduzir suas pretensões territoriais, sugeria-se que o Império ampliasse as suas, exigindo como linha divisória com o Paraguai, não o rio Iguereí, como estabelecia o documento de 1^o de maio, mas, sim, o rio Iparreguaçu, ou, no mínimo, até o rio Aquidabó. Desse modo se deixaria "uma presa mais limitada à futura absorção argentina".

Em voto separado, o conselheiro Jequitinhonha, do Partido Conservador, afirmou que o Tratado de Aliança só era definitivo em relação à guerra e ao modo de fazê-la. Para ele, as demais disposições eram transitórias, dependentes do êxito da guerra, e admitia, mesmo, a possibilidade de a paz resultar de outros meios diferentes daqueles definidos pelos plenipotenciários aliados. Dois anos mais tarde era a vez de o liberal Nabuco de Araújo afirmar que o acordo de 1^o de maio de 1865 tinha caráter preliminar quanto a fronteiras, não sendo, pois, um texto perfeito, e que podia ser modificado conforme a situação, mesmo depois da vitória.³⁵

Almeida Rosa defendeu-se das críticas feitas, no Conselho de Estado, por São Vicente "que foram subscritas pelos seus dois caducos companheiros", Uruguai e Jequitinhonha. Segundo aquele negociador, a manutenção da política "tradicional", aconselhada por Pimenta Bueno, apenas alimentou discórdias oriundas da época colonial por meio de suspeitas e amesquinhamento da República

Argentina, como se o Império só pudesse prosperar na América, se tudo à sua volta "descer às proporções de pigmeu". Para o enviado imperial, essa política tradicional resultou em decepções e guerras no Prata para o Brasil, além de um "espantoso" crescimento da dívida pública. Continuar com essa postura, na ocasião em que se podia fazer a paz duradoura com Buenos Aires, somente poderia ser defendida por aqueles que não presenciavam os sofrimentos dos brasileiros na guerra que se estava travando contra o Paraguai. Por tais motivos, afirmava Almeida Rosa, "pertence à escola dos que hão de aconselhar o Brasil à paz com seus vizinhos desprezendo-se das pretensões dos tratados portugueses".³⁶

Além dessas considerações, anos depois o senador Francisco Octaviano de Almeida Rosa acrescentou, na tribuna parlamentar, outros argumentos em defesa dos termos que negociara para o Tratado da Tríplice Aliança, recordando "o momento crítico" no qual o documento fora assinado. O Brasil, afirmou ele, não podia contar com o apoio de outras nações, pois estava rompido com a Grã-Bretanha e se encontrava isolado em relação às Repúblicas vizinhas, em decorrência de questões de limites, ao mesmo tempo que os Estados Unidos maninham uma atitude "inquieta" para com o Império. Contestava, também, as críticas que surgiram ao auxílio financeiro, em forma de empréstimo, concedido pelo governo imperial a Buenos Aires. O quadro era tão grave em 1865 que, se o governo argentino tivesse planejado aproveitar-se da situação, "dar-lhe-íamos o dobro, o triplo e até seríamos obrigados a prestar-lhe contribuições gratuitas".³⁷

Quanto à concordância com as pretensões argentinas sobre o Chaco, Almeida Rosa considerou sua atitude em aceitá-las uma "grande arte da política brasileira", pois, com isso, Buenos Aires reconheceu os limites do Império com o Paraguai e contraiu "a obrigação de os defender à força das armas". Na conferência que esse enviado imperial tivera com Mármol, em Montevideu, no dia 2 de abril de 1865, ouviu que, caso o Brasil pretendesse "decidir pela espada" a questão de limites com o Paraguai, o governo argentino não acompanharia essa atitude e que, segundo suas palavras, "Mitre dirá à América que não quer um palmo de terreno conquistado". Essa ameaça aparentemente influenciou o negociador brasileiro no sentido de aceitar os limites pretendidos pela Argentina, os quais, segundo ele analisou em 1866, não poderiam ser questionados, posto que Mitre não o fizera em relação às fronteiras pleiteadas pelo Império. Além disso, argumentou Almeida Rosa, o território chaquenho não era fértil nem povoado, e talvez não tivesse condições de ser ocupado sequer no século xx. Os li-

mites foram estabelecidos de modo a que nenhum dos dois aliados pudesse, no futuro, pedir mais territórios, "o que não quer dizer que se não possa pedir menos". Com isso, acreditava Almeida Rosa, eliminavam-se os motivos que, posteriormente, poderiam enfraquecer a aliança. Ademais, ao aceitar as pretensões territoriais de Buenos Aires, facilitava-se a definição dos limites entre o Império e a Argentina, evitando "criar embaraços à solução de nossos interesses ou suscitar na República a idéia de que a pretendíamos diminuir".¹⁹⁶

A atitude de Almeida Rosa em aceitar as pretensões territoriais máximas do governo argentino em relação ao Paraguai facilitou, de fato, a constituição da aliança entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. A Argentina não ficava de posse segura do território do Chaco, pois se reconhecia à Bolívia o direito de reclamá-lo. Já no caso do Império, a área que lhe fora atribuída não possuía ressalva em favor de um terceiro país e, ainda, contava com o respaldo argentino. Aquele diplomata também respondeu às críticas do Conselho de Estado por não consentir do Tratado da Tríplice Aliança, mas em protocolo anexo, a demolição das fortificações paraguaias nos rios em que houvesse outro país ribeirinho. Isso ocorreu, conforme Almeida Rosa, porque a Argentina se localizava na foz ou águas baixas dos rios brasileiros e não podia aceitar, "sem cerimônia", o princípio de que as nações ribeirinhas, em tais circunstâncias, não pudessem ter fortificações, as quais somente o país ribeirinho das nascentes poderiam possuir, o que seria claro benefício ao Brasil, e desvantagem para o aliado. Perguntava Almeida Rosa se o Império "quer francamente dizer isso à Bolívia e ao Peru, para o Amazonas e seus afluentes", cuja foz, e não a nascente, se localizava em território brasileiro. Lembra, ainda, que apenas o Brasil tinha uma esquadra e que Tamandaré recebera ordens de arrasar as fortificações paraguaias, carecendo de importância fazer constar tal determinação no Tratado de 1.º de maio, pois a execução da medida dependia unicamente do Império.¹⁹⁷

Em pouco tempo Almeida Rosa esqueceu os temores iniciais, quanto às intenções do governo de Mitre em relação ao Paraguai, e tornou-se um admirador da Argentina e de seu governo liberal, defendendo, em junho de 1865, uma política de cooperação entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Classificava os portenhos de "yankees do sul", por serem dinâmicos e empreendedores nas atividades comerciais, acreditando que queriam "verdadeiramente a paz com o Império e até uma aliança em grande ponto". Via um futuro promissor para a Argentina, que, se continuasse "a ter chefes como Mitre, breve será uma grande

e feliz nação". Em fevereiro de 1866, Almeida Rosa encontrava-se convencido de que a tríplice aliança estabelecia a base "para uma reconciliação e amizade entre as duas raças que tanto se odiaram", argentinos e brasileiros. A experiência em comum da guerra contra o Paraguai, "auxiliada pelo bom senso dos generais Mitre e Flores e dos verdadeiros liberais das duas Repúblicas", evitaria para o Brasil "novos desgostos e novas despesas de sangue e dinheiro".¹⁹⁸

Um dos precursores da escola romântica brasileira, Francisco Octaviano de Almeida Rosa defendeu a cooperação argentino-brasileira nos seguintes versos:

O majestoso Prata bem claro nos ensina,

Nesta junção feliz de rios tão distantes,

Que os sul-americanos, por uma lei divina,

Devem viver unidos, se querem ser gigantes.

Descem as suas águas das duas cordilheiras,

Dos Andes argentinos, das Serras brasileiras,

E, como dois amigos unidos peito a peito,

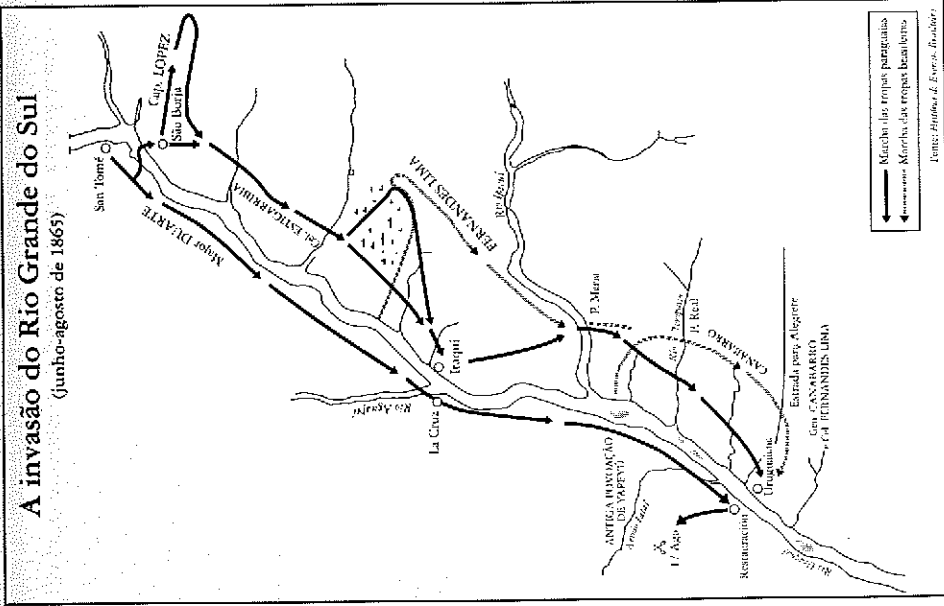
*Abraçam-se no encontro e têm o mesmo leito.*¹⁹⁹

No dia anterior ao parecer do Conselho de Estado, datado de 30 de novembro, ou seja, no dia 29, o gabinete liberal enviou instruções para Almeida Rosa, nas quais constavam requisitos para se assinar a paz com o Paraguai. De acordo com essas instruções, nenhuma autoridade brasileira poderia tratar com Solano López, representante seu ou, mesmo, com um governo provisório ou permanentemente paraguaio, enquanto esse líder não se retirasse do Paraguai. Davam-se dez condições para reconhecer o governo que substituisse o de Solano López, as quais, em síntese, significavam a aceitação pelas novas autoridades dos termos do Tratado da Tríplice Aliança, inclusive o reconhecimento dos limites argentino-paraguaios nos termos determinados por esse documento. A inovação ao que fora assinado em 1.º de maio de 1865 era a instrução para que se buscasse estabelecer a neutralização do território guarani, "muito necessária, considerando a posição topográfica [do Paraguai]".²⁰⁰ Tratava-se de uma precaução, para evitar que o país se tornasse um corredor para tropas argentinas atacarem o flanco sudoeste, em caso de guerra entre o Império e a Argentina. Em maio de 1866, o chanceler José Antonio Saraiva enviou o contraprojeto brasileiro de paz

ao governo argentino. O texto especificava a destruição das fortificações paraguaias em Humaitá e a proibição do levantamento de quaisquer outras que pudessem impedir a livre navegação dos rios. Quanto a bloqueios navais, o contraprojeto afirmava que eles não poderiam ser apenas uma intenção, mas, sim, mantidos por força naval suficiente para impedir, de fato, "o acesso ao litoral inimigo".²⁰³ Desse modo, não se consideravam os requisitos levantados por Buenos Aires como obstáculos para se fazer um bloqueio. Como a Marinha imperial era a mais poderosa da América do Sul, não teria dificuldades de mobilizar belonaves suficientes para, em caso de necessidade, bloquear os rios platinos.

O contraprojeto mantinha as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de 1º de maio. Acrescentava, porém, ao texto de Buenos Aires a estipulação de que se fixavam os limites apenas da Argentina em relação ao Paraguai quanto ao Chaco Boreal, que ressaltavam eventuais direitos da Bolívia nessa área e reforçavam, assim, as "reversais". Não se fazia qualquer referência à posse argentina de Apipé e Atajo. O contraprojeto inovava ao estabelecer que, mesmo depois de concluída a guerra vitoriosamente e assinados os tratados de paz com Assunção, os aliados poderiam conservar no território paraguaio as forças que julgassem necessárias à manutenção da ordem no país vizinho e para o cumprimento desses acordos. O número de tais forças, prazo de ocupação e modo de satisfazer as despesas decorrentes dessa permanência seriam estipulados por acordo especial. Também constava na proposta do governo imperial a expulsão perpétua de Solano López do Paraguai e, outra novidade, a inabilitação de todos os membros de sua família para ocupar qualquer cargo no Estado.

O texto argentino para o projeto de paz parecia, à maioria da cúpula política do Império, uma tentativa de Buenos Aires para criar as condições necessárias para anexar o Paraguai no pós-guerra. O texto brasileiro, por sua vez, ao propor a manutenção das tropas aliadas no país guarani, mesmo depois de assinada a paz, poderia ser interpretado como tentativa de estabelecer um protetorado, quando, na verdade, buscava evitar, com a presença de tropas imperiais, que a influência argentina viesse a ameaçar a independência paraguaia. Assim, no primeiro ano de uma longa guerra, os dois aliados davam-se motivos para desconfianças mútuas sobre a sinceridade existente para a realização dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de 1º de maio. No Parlamento brasileiro surgiram duas tendências quanto à postura a ser tomada frente ao aliado argentino. Uma delas, a dos conservadores, pensava em reconstruir o Paraguai, para que



este pudesse defender-se contra o expansionismo de Buenos Aires, e retomar a política brasileira que fora implantada originalmente para conter Rosas. A outra tendência, a dos liberais, embora simpáticos à Argentina, hesitava ante a controvérsia demonstrada pelos conservadores quanto aos referidos propósitos expansionistas, e não ousavam, assim, elaborar uma nova e consistente política platina que se contrapusesse à tradicional. Enquanto isso, do lado argentino, "partidários da reconstrução do vice-reinado são amigos do Brasil; adversários da anexação acreditam no espírito dominador do Império, na idéia por parte deste de suplantar o Prata".²⁰⁴ A vontade individual de colaboração entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires e a convergência ideológica entre homens de Estado argentinos e

brasileiros se contrapunha a desconfiança estrutural, histórica, entre os dois países. Esta era uma verdadeira "força profunda", coletiva e durável, das respectivas sociedades.²⁶⁵

O ATAQUE AO RIO GRANDE DO SUL

Solano López planejava invadir o Rio Grande do Sul antes já da intervenção brasileira no Uruguai. Em abril de 1864, o major Pedro Duarte recebeu ordens de reassumir o comando militar de Encarnación — desde fevereiro desse ano comandava o acampamento militar de Cerro León — e organizar uma força com 10 mil homens. Atendendo a novas ordens, Duarte entregou o comando ao coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, em 27 de abril, e permaneceu como vice-comandante. Nesta condição, foi-lhe ordenado tomar o povoado argentino de San Tomé, na margem correntina do rio Paraná, operação que foi feita na manhã de 10 de maio, sem perdas para os paraguaios e com a morte de um argentino; a vila estava praticamente deserta, em virtude da fuga de seus habitantes.²⁶⁶ Após essa ocupação, o coronel Estigarribia entrou com o restante da suas forças em San Tomé; os invasores eram 12 mil homens.²⁶⁷ Parte deles carecia de instrução militar, e começaram a recebê-la por ocasião da tomada dessa localidade argentina.²⁶⁸

O plano de Solano López era o de que o Exército de Estigarribia, dividido em duas colunas, marchasse para o sul, utilizando-se de ambas as margens do rio Uruguai. Pela margem esquerda, brasileira, desceria a maior parte da coluna, enquanto pela direita, argentina, iria uma pequena força, comandada pelo major Pedro Duarte. Uma coluna estaria permanentemente à vista da outra, de modo a se auxiliarem quando necessário. Com a coluna invasora descendo pelas margens do rio Uruguai, esperava-se que o governo argentino desviasse sua ação militar para esse lado, favorecendo as operações das forças do general Robles. As tropas de Robles e de Estigarribia se uniriam ao sul, no rio Uruguai, para, então, marcharem para enfrentar o Exército imperial no Estado oriental.²⁶⁹ O pré-requisito para a unificação desses exércitos invasores paraguaios era o aprisionamento, ou destruição, da esquadra brasileira, garantindo o controle paraguaio da navegação dos rios Paraguai e Paraná.

O passeio paraguaio: de São Borja a Uruguaiana

Em São Borja, na fronteira do Rio Grande do Sul, logo se soube da marcha paraguaia saindo de Encarnación para a outra margem do rio Paraná e a população gaúcha fronteiriça estava convencida de que se daria uma invasão. Esses fatos foram comunicados às autoridades da Guarda Nacional na região e ao presidente dessa província.²¹⁰ O governo imperial, porém, não tirara as lições necessárias da invasão de Mato Grosso, pois também o Rio Grande do Sul se achava desguarnecido. Desde fevereiro, o general honorário David Canabarro, veterano da Revolução Farrroupilha e comandante militar da fronteira com Misiones, solicitara, sem ser atendido, o envio de reforço de alguns batalhões de infantaria, de armamento para a cavalaria da Guarda Nacional e a subida, pelo rio Uruguai, de três canhoneiras. Quando ocorreu a invasão paraguaia, as forças do Exército brasileiro no Sul, sob o comando do general Osório, tinham se transferido de Montevidéu para Concórdia, na margem argentina do rio Uruguai, para comporem o Exército aliado. Para enfrentar a invasão paraguaia, anunciada com anterioridade pelas notícias da presença das tropas de Estigarribia em San Tomé, foram convocados 2300 guardas nacionais para defenderem o distrito de São Borja, mas o número nunca ultrapassou 2 mil.²¹¹

A defesa do Rio Grande do Sul previa dois setores, distintos: o da fronteira, na região das Misiones, a cargo da 1ª Divisão sob o comando do general David Canabarro, e o da fronteira sul, sob a responsabilidade da 2ª Divisão, comandada pelo coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí. O comando geral coube ao general João Frederico Caldwell, ajudante-geral do Exército que, enviado em dezembro de 1864 para inspeção no Rio Grande do Sul, em fevereiro do ano seguinte foi nomeado comandante militar interino da província. E elaborou-se um plano de cooperação entre as duas divisões, em que se trabalhava com duas hipóteses: a) se as forças paraguaias de Humaitá atacassem a Argentina, e as de Encarnación, o Rio Grande do Sul, a 1ª Divisão de Canabarro deveria transportar o rio Uruguai, vencer o inimigo e ocupar Posadas, no rio Paraná; b) se as duas forças paraguaias, de Humaitá e Encarnación, atacassem o Rio Grande do Sul, deveriam ser contidas pelas duas divisões brasileiras, até a chegada de reforço.²¹²

Os invasores de San Tomé atravessaram o rio, utilizando-se de canoas trazidas em carretas, e desembarcaram em território brasileiro, próximo a São Borja, em 10 de junho de 1865. Entre as tropas invasoras havia uma companhia com-